

NATHALIA MASSON

Mestre em Teoria Geral do Direito e Direito Constitucional/PUC-RJ

Professora de Direito Constitucional da Rede de Ensino LFG



MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL

3ª edição

Revisada, ampliada e atualizada

2015



EDITORA
ÁsPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr.,
Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar,
Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho,
Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	27
1. Introdução	27
2. Concepções de Constituição	29
2.1. Introdução	29
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	29
2.3. Constituição sob o aspecto político	30
2.4. Constituição em sentido jurídico	30
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados)	33
3. Classificação das constituições	34
3.1. Quanto à origem	34
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação)	36
3.3. Quanto à forma	40
3.4. Quanto ao modo de elaboração	41
3.5. Quanto à extensão	41
3.6. Quanto ao conteúdo	43
3.7. Quanto à finalidade	44
3.8. Quanto à interpretação	45
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	46
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática)	48
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	49
3.12. Quanto ao sistema	50
3.13. Quanto ao local da decretação	51
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	51
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto)	53
3.16. Outras classificações	54
4. Aplicabilidade das normas constitucionais	57
4.1. Introdução	57
4.2. A classificação de José Afonso da Silva	58
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	60
4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos	61
4.5. Críticas	61
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	61
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	62
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	62

5.3.	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	63
5.4.	Princípio da unidade da Constituição	64
5.5.	Princípio da força normativa	64
5.6.	Princípio do efeito integrador.....	64
5.7.	Princípio da concordância prática ou harmonização.....	65
5.8.	Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva)	66
5.9.	Princípio da conformidade funcional ou justeza	66
6.	Elementos da constituição.....	66
7.	Quadro sinótico	68
8.	Questões.....	77
8.1.	Questões objetivas	77
8.2.	Questões discursivas	87
	Gabarito questões objetivas.....	87
	Gabarito questões discursivas.....	97

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.....	99	
1. Introdução	99	
2. Natureza do poder constituinte.....	101	
3. Titularidade	102	
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte).....	103	
5. Espécies	105	
6. Características do poder constituinte originário.....	107	
7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário.....	111	
8. O poder constituinte supranacional	113	
9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional	113	
10. Poderes constituídos	115	
10.1. Introdução	115	
10.2. Espécies	116	
10.2.1. Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente)	117	
10.2.2. Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)	122	
10.3. Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988	144	
10.3.1. A revisão constitucional	144	
10.3.2. A mutação constitucional	147	
11. Quadro sinótico	149	
12. Questões.....	155	
12.1. Questões objetivas	155	
12.2. Questões discursivas	164	
	Gabarito questões objetivas.....	164
	Gabarito questões discursivas.....	171

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	173
1. Introdução	173
2. A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	173
3. Repristinação.....	180
4. Recepção material de normas constitucionais	181

5. Quadro sinótico	182
6. Questões.....	183
6.1. Questões objetivas	183
6.2. Questões discursivas	186
Gabarito questões objetivas.....	186
Gabarito questões discursivas.....	188

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	189
1. Introdução	189
2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	190
3. Gerações de direitos fundamentais.....	191
4. Características dos direitos fundamentais.....	193
5. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	197
6. Destinatários dos direitos fundamentais.....	198
7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	200
8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal).....	200
9. Classificação dos direitos fundamentais.....	203
10. Quadro sinótico	203
11. Questões.....	206
11.1. Questões objetivas	206
11.2. Questões discursivas	208
Gabarito questões objetivas.....	208
Gabarito questões discursivas.....	210

CAPÍTULO 5

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS	211
1. Introdução	211
2. Direito à vida	212
2.1. Introdução.....	212
2.2. Questões controversas	213
2.2.1. Princípio da vida humana	213
2.2.2. Aborto.....	215
2.2.3. Eutanásia e ortotanásia	216
3. Direito à privacidade.....	218
3.1. Introdução.....	218
3.2. Direito à intimidade.....	218
3.3. Direito à vida privada	219
3.4. Direito à honra.....	219
3.5. Direito à imagem	219
3.6. Sigilos pessoais	220
3.6.1. Sigilo do domicílio	220
3.6.2. Sigilo de correspondência	222
3.6.3. Sigilo de dados	223
3.6.3.1. Dados bancários.....	223
3.6.3.2. Dados fiscais	225
3.6.3.3. Dados telefônicos	225

3.7.	Sigilo das comunicações	225
3.7.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	226
3.7.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	226
4.	Direito à igualdade	228
4.1.	Introdução	228
4.2.	Princípio da isonomia X ações afirmativas	229
4.3.	Igualdade entre homens e mulheres	232
4.4.	Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público	234
5.	Direito à liberdade	236
5.1.	Introdução	236
5.2.	Liberdade de ação	238
5.3.	Liberdade de pensamento e manifestação	239
5.4.	Liberdade de consciência, crença e culto	241
5.5.	Liberdade de profissão	246
5.6.	Liberdade de locomoção	247
5.7.	Liberdade de reunião	248
5.8.	Liberdade de associação	250
6.	Direito à propriedade	252
6.1.	Introdução	252
6.2.	Função social da propriedade	253
6.3.	Limitações ao direito de propriedade	255
6.3.1.	Desapropriação	255
6.3.2.	Requisição	257
6.3.3.	Expropriação ou confisco	258
6.3.4.	Usucapião	258
7.	Quadro sinótico	259
8.	Questões	268
8.1.	Questões objetivas	268
8.2.	Questões discursivas	272
	Gabarito questões objetivas	273
	Gabarito questões discursivas	276

CAPÍTULO 6

DIREITOS SOCIAIS	281	
1.	Introdução	281
2.	Notícias históricas	282
3.	Finalidade	282
4.	Sujeito passivo dos direitos sociais	283
5.	Classificação dos direitos sociais	283
6.	Reserva do possível	289
6.1.	Introdução	289
6.2.	Notícias históricas	290
6.3.	A teoria da "reserva do possível" no direito pátrio	291
7.	Mínimo existencial	294
8.	Vedação do retrocesso	295
9.	Quadro sinótico	296

10. Questões.....	298
10.1. Questões objetivas.....	298
10.2. Questões discursivas.....	302
Gabarito questões objetivas.....	302
Gabarito questões discursivas.....	305

CAPÍTULO 7

DIREITO DE NACIONALIDADE.....	307
1. Introdução.....	307
1.1. Conceitos relacionados à matéria.....	307
2. Espécies de nacionalidade.....	310
2.1. Nacionalidade primária.....	312
2.1.1. Critérios de atribuição.....	312
2.1.2. Hipóteses de aquisição.....	312
2.2. Nacionalidade secundária (ou adquirida).....	317
2.3. Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação).....	322
3. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.....	323
4. Perda do direito de nacionalidade.....	333
5. Quadro sinótico.....	336
6. Questões.....	338
6.1. Questões objetivas.....	338
6.2. Questões discursivas.....	344
Gabarito questões objetivas.....	344
Gabarito questões discursivas.....	348

CAPÍTULO 8

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	351
1. Introdução.....	351
2. Conceito.....	351
3. Classificação dos direitos políticos.....	352
4. Direitos políticos positivos.....	352
4.1. Soberania popular.....	352
4.1.1. Direito de sufrágio.....	353
4.1.2. Direito de voto e escrutínio.....	355
4.1.3. Ação popular.....	356
4.1.4. Iniciativa popular de leis.....	357
4.1.5. Plebiscito e referendo.....	357
4.1.6. Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa.....	359
4.1.7. Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva.....	361
5. Direitos políticos negativos.....	364
5.1. Introdução.....	364
5.2. Perda de direitos políticos.....	364
5.3. Suspensão de direitos políticos.....	365
6. Inelegibilidades.....	369
6.1. Introdução.....	369
6.2. Classificação.....	369
6.3. Inelegibilidade absoluta.....	370

6.4. Inelegibilidades relativas	371
7. Ação de impugnação de mandato eletivo	382
8. Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral.....	383
9. Partidos Políticos	384
9.1. Introdução	384
9.2. Conceito	384
9.3. Notícias históricas.....	385
9.4. Natureza jurídica e requisitos para criação	385
9.5. Liberdade e autonomia partidária.....	387
10. Quadro sinótico	389
11. Questões.....	394
11.1. Questões objetivas	394
11.2. Questões discursivas	401
Gabarito questões objetivas.....	401
Gabarito questões discursivas	406

CAPÍTULO 9

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	409
1. Remédios constitucionais de natureza administrativa (não-jurisdicional)	409
1.1. Direito de petição – art. 5º, XXXIV, "a", CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965.....	409
1.2. Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, "b", CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995)	410
2. Habeas corpus (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	411
2.1. Introdução	411
2.2. Legitimidade.....	412
2.3. Espécies.....	412
2.4. Cabimento	413
2.5. Pressuposto lógico e especificidades	415
2.6. Competência	416
2.7. Procedimento	418
2.8. Sistema recursal	419
2.9. Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos	419
3. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009).....	420
3.1. Introdução	420
3.2. Cabimento	421
3.3. Hipóteses de restrição, quanto ao cabimento, ao mandado de segurança individual... ..	422
3.4. Competência	424
3.5. Legitimidade ativa e passiva	426
3.6. Procedimento	427
3.7. Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	428
3.8. Efeitos da decisão e recursos.....	429
3.9. Prazo para impetração do mandado de segurança	430
4. Mandado de segurança coletivo (art. 5º LXX, CF/88)	431
4.1. Introdução	431
4.2. Hipóteses de cabimento.....	432
4.3. Legitimidade ativa e passiva	432
4.4. Competência	434

4.5.	Procedimento	434
4.6.	Efeitos da decisão	435
4.7.	Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	435
5.	Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88)	438
5.1.	Notícias históricas e conceito	438
5.2.	Requisitos para o cabimento	439
5.3.	Legitimidade ativa e passiva	442
5.4.	Competência	444
5.5.	Procedimento	445
5.6.	Decisão e recursos cabíveis	446
5.7.	O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção	447
6.	<i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	451
6.1.	Introdução	451
6.2.	Cabimento	451
6.3.	Legitimidade ativa e passiva	453
6.4.	Competência	454
6.5.	Procedimento	456
6.6.	Decisão	458
7.	Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/65)	459
7.1.	Introdução	459
7.2.	Conceito	460
7.3.	Espécies	460
7.4.	Requisitos	460
7.5.	Legitimidade ativa e passiva	461
7.6.	Competência	464
7.7.	Procedimento	464
7.8.	Decisão na ação popular	465
8.	Quadro sinótico	466
9.	Questões	476
9.1.	Questões objetivas	476
9.2.	Questões discursivas	483
	Gabarito questões objetivas	484
	Gabarito questões discursivas	490
 CAPÍTULO 10		
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO		493
1.	Introdução	493
2.	Forma de Estado	494
3.	Tipologias de formas de Estado	494
3.1.	Estado unitário	494
3.2.	Estado federado	494
3.3.	Outras formas de Estado	497
4.	Classificação das federações	498
4.1.	Quanto à origem (ou formação)	499
4.2.	Quanto à atual concentração de poder	501
4.3.	Quanto à repartição de competências	501

4.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas.....	502
4.5.	Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	502
5.	A federação na Constituição da República de 1988.....	503
5.1.	Introdução	503
5.2.	União	503
5.3.	Estados-membros.....	504
5.4.	Municípios.....	505
5.5.	Distrito Federal.....	506
5.6.	Territórios Federais.....	507
6.	Formação de novos Estados e Municípios.....	509
6.1.	Introdução	509
6.2.	Formação de novos Estados.....	510
6.3.	Formação dos Municípios	514
7.	Vedações constitucionais.....	516
8.	Repartição constitucional de competências.....	517
8.1.	Introdução.....	517
8.2.	Princípios norteadores	518
8.3.	Técnicas de repartição.....	519
8.4.	Competências da União.....	521
8.4.1.	Materiais exclusivas – art. 21, CF/88.....	521
8.4.2.	Legislativas privativas – art. 22, CF/88.....	526
8.4.3.	Materiais comuns – art. 23, CF/88.....	535
8.4.4.	Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88	536
8.5.	Competências dos Estados-membros	540
8.6.	Competências dos Municípios.....	542
8.7.	Competências do Distrito Federal	544
9.	Quadro sinótico	545
10.	Questões.....	551
10.1.	Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado.....	551
Gabarito questões objetivas.....		557
10.2.	Questões objetivas – Repartição constitucional de competências	561
Gabarito questões objetivas.....		569
10.3.	Questões discursivas	574
Gabarito questões discursivas.....		575

CAPÍTULO 11

INTERVENÇÃO	577
1. Introdução	577
2. Conceito.....	577
3. Princípios que regem o processo interventivo	577
3.1. Princípio da não-intervenção (ou da excepcionalidade da medida).....	578
3.2. Princípio da taxatividade	578
3.3. Princípio da temporariedade.....	578
4. Espécies de intervenção	578

4.1. Intervenção federal	579
4.2. Intervenção estadual	587
5. Quadro sinótico	589
6. Questões	591
6.1. Questões objetivas	591
6.2. Questões discursivas	594
Gabarito questões objetivas	594
Gabarito questões discursivas	597

CAPÍTULO 12

PODER LEGISLATIVO	599
1. Introdução	599
2. Estrutura do Poder Legislativo	601
3. Composição das Casas Legislativas	603
3.1. Câmara dos Deputados	603
3.2. Senado Federal	606
3.3. Assembleias Legislativas	608
3.4. Câmara Legislativa do Distrito Federal	610
3.5. Câmaras Municipais	610
4. Funcionamento e direção do Poder Legislativo	611
4.1. Noções introdutórias	611
4.2. Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura	612
4.3. Sessões preparatórias e Mesas Diretoras	615
4.4. Sessão conjunta	616
5. Das Comissões Parlamentares	617
5.1. Introdução	617
5.2. Comissão representativa do Congresso Nacional	619
5.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	620
5.3.1. Introdução	620
5.3.2. Notícias históricas	620
5.3.3. As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988	623
6. Imunidades dos congressistas	650
6.1. Introdução	650
6.2. Imunidade material	653
6.3. Imunidades formais	656
6.3.1. Imunidade formal relativa à prisão (<i>freedom from arrest</i>)	657
6.3.2. Imunidade formal relativa ao processo	663
6.4. Imunidade testemunhal	668
6.5. Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	668
6.5.1. Âmbito estadual e distrital	668
6.5.2. Âmbito municipal	669
6.6. Foro por prerrogativa de função	670
6.6.1. Introdução	670
6.6.2. Foro especial para os congressistas	670
6.6.3. Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores	675

7.	Incompatibilidades	676
8.	Hipóteses de perda do mandato	678
8.1.	A cassação e a extinção do mandato	678
8.1.1.	Cassação	678
8.1.2.	A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista	680
8.1.3.	Extinção	681
8.1.4.	Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato	683
8.2.	A perda como decorrência da desfiliação partidária sem justa causa.....	684
8.3.	A possibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar	686
9.	Hipóteses que não ensejam a perda do mandato	687
10.	Tribunal de contas	688
10.1.	Introdução	688
10.2.	Composição do Tribunal de Contas da União	690
10.3.	Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas.....	691
10.4.	Atribuições dos Tribunais de Contas.....	692
10.5.	Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade	697
10.6.	Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União	698
10.7.	Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	698
10.8.	Comentários finais sobre as Cortes de contas.....	699
11.	Quadro sinótico	700
12.	Questões.....	710
12.1.	Questões objetivas	710
12.2.	Questões discursivas	723
	Gabarito questões objetivas.....	724
	Gabarito questões discursivas.....	733

CAPÍTULO 13

PROCESSO LEGISLATIVO	735	
1.	Introdução	735
2.	Espécies de processo legislativo	737
3.	Espécies normativas	738
3.1.	Introdução	738
3.2.	Leis ordinárias – processo legislativo ordinário.....	738
3.3.	Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88)	763
3.4.	Leis complementares.....	764
3.5.	Leis delegadas	767
3.6.	Medidas Provisórias	770
3.6.1.	Introdução.....	770
3.6.2.	Legitimidade para a edição	771
3.6.3.	Pressupostos constitucionais legitimadores	773
3.6.4.	Limites materiais à edição.....	774
3.6.5.	Produção de efeitos (eficácia da medida).....	776
3.6.6.	Procedimento	777

3.6.7. Rejeição e conversão da MP em lei.....	779
3.6.8. Últimas observações sobre as medidas provisórias.....	780
3.7. Decretos legislativos.....	782
3.8. Resoluções.....	783
4. Quadro sinótico	784
5. Questões.....	793
5.1. Questões objetivas	793
5.2. Questões discursivas	804
Gabarito questões objetivas.....	806
Gabarito questões discursivas	814
CAPÍTULO 14	
PODER EXECUTIVO	817
1. Introdução	817
2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo	818
3. Sistemas de Governo	819
3.1. Introdução	819
3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo	819
3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	822
3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras	823
4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988.....	824
5. Eleição e mandato do Presidente da República.....	827
6. Posse.....	830
7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância.....	832
8. Licença	837
9. Atribuições do Presidente da República	837
10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos.....	840
10.1. Introdução	840
10.2. Conselho da República	841
10.3. Conselho de Defesa Nacional	842
11. Imunidades do Presidente da República	843
12. Responsabilidade do Presidente da República	845
12.1. Introdução	845
12.2. Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados.....	846
12.3. Crimes comuns	849
12.4. Crimes de responsabilidade	850
13. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	852
14. Conclusões finais sobre a perda do mandato.....	854
15. Quadro sinótico	854
16. Questões.....	858
16.1. Questões objetivas	858
16.2. Questões discursivas	868
Gabarito questões objetivas.....	869
Gabarito questões discursivas	876

CAPÍTULO 15

PODER JUDICIÁRIO	879
1. Introdução	879
2. Órgãos do Poder Judiciário	881
2.1. Organograma do Poder Judiciário	882
2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	884
2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso	884
2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	885
3. A regra do quinto constitucional	886
4. O quinto constitucional e o "pensamento do possível"	887
5. Garantias do Poder Judiciário	889
5.1. Introdução	889
5.2. Garantias institucionais	890
5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa.....	890
5.2.2. Garantias de autonomia financeira.....	891
5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos).....	893
5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários.....	893
5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários.....	896
6. Conselho Nacional de Justiça.....	898
6.1. Aspectos introdutórios	898
6.2. Regras referentes à composição.....	899
6.3. Competências do Conselho	900
6.4. Controle judicial da atuação do CNJ.....	904
6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.....	904
7. Súmulas Vinculantes.....	905
7.1. Introdução	905
7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio	905
7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura	907
7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade	907
7.3.2. Competência exclusiva.....	908
7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais).....	908
7.3.4. Objeto	909
7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante	909
7.3.6. Aspectos procedimentais.....	911
7.3.7. O efeito vinculante.....	912
7.3.8. Cabimento da reclamação	913
8. Arquitetura do Poder Judiciário.....	913
8.1. Introdução	913
8.2. Órgãos de convergência	913
8.3. Órgãos de superposição	914
8.4. Justiça comum.....	914
8.5. Justiça especial.....	915
9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88).....	916
9.1. Introdução	916
9.2. Composição.....	916

9.3. Atribuições	918
9.3.1. Primeiras palavras.....	918
9.3.2. Inciso I – Competências originárias.....	920
9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária.....	933
9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária.....	934
10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88)	940
10.1. Introdução	940
10.2. Composição	940
10.3. Competências.....	942
11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88)	944
12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88)	948
13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88).....	950
14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88).....	954
15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88).....	958
16. Quadro sinótico	959
17. Questões.....	968
17.1. Questões objetivas	968
17.2. Questões discursivas	981
Gabarito questões objetivas.....	981
Gabarito questões discursivas.....	990
CAPÍTULO 16	
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	993
1. Introdução	993
2. Ministério Público.....	994
2.1. Introdução	994
2.2. Natureza	994
2.3. Princípios institucionais.....	996
2.4. Ingresso na carreira	999
2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público.....	1000
2.6. Organização e composição do Ministério Público	1004
2.7. Procurador-Geral da República.....	1006
2.8. Procurador-Geral de Justiça	1008
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1008
2.10. Funções Institucionais do Ministério Público	1010
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas.....	1011
3. Advocacia pública	1012
3.1. Introdução	1012
3.2. Organização da Advocacia-Geral da União.....	1013
3.3. O Advogado-Geral da União.....	1015
3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	1016
4. Advocacia privada.....	1018
4.1. Introdução	1018
4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	1018
4.3. A inviolabilidade do advogado	1020
4.4. Direitos do advogado	1021

5.	Defensoria Pública	1023
5.1.	Introdução	1023
5.2.	Notícias históricas.....	1023
5.3.	Arquitetura e organização da Defensoria Pública.....	1025
5.4.	Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública.....	1026
5.5.	Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública.....	1028
6.	Quadro sinótico	1029
7.	Questões.....	1034
7.1.	Questões objetivas	1034
7.2.	Questões discursivas	1041
	Gabarito questões objetivas.....	1043
	Gabarito questões discursivas	1048

CAPÍTULO 17

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1051	
1.	Introdução	1051
2.	Tipologia da inconstitucionalidade	1053
2.1.	Introdução	1053
3.	Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	1061
4.	Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade.....	1062
4.1.	Introdução	1062
4.2.	Quanto à natureza do órgão.....	1062
4.3.	Quanto ao momento do controle.....	1063
4.4.	A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro.....	1064
4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle	1069
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle	1069
5.	Controle difuso de constitucionalidade.....	1071
5.1.	Introdução	1071
5.2.	Primeiras palavras	1072
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais	1075
5.4.	Efeitos da decisão	1078
5.4.1.	Introdução.....	1078
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal	1078
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	1080
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	1081
5.6.	A tendência da abstrativização (ou objetivização) do controle difuso.....	1083
5.7.	Tipos de ações no controle difuso	1086
5.7.1.	Introdução.....	1086
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública.....	1087
6.	Controle concentrado	1090
6.1.	Introdução	1090
6.2.	Controle concentrado no Brasil	1091
6.3.	Ação direta de inconstitucionalidade	1093
6.3.1.	Introdução.....	1093
6.3.2.	Legitimidade ativa.....	1093
6.3.3.	Parâmetro e objeto	1099

6.3.4.	Procedimento	1105
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade.....	1108
6.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	1110
6.3.7.	Medida cautelar.....	1113
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas.....	1115
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	1120
6.4.1.	Introdução.....	1120
6.4.2.	Legitimidade ativa.....	1121
6.4.3.	Parâmetro e objeto	1122
6.4.4.	Competência.....	1123
6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	1123
6.4.6.	Medida cautelar na ADC	1125
6.4.7.	Decisão definitiva.....	1126
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	1126
6.5.1.	Introdução.....	1126
6.5.2.	Objeto	1128
6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva	1129
6.5.4.	Procedimento	1130
6.5.5.	Medida liminar.....	1130
6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	1131
6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	1131
6.6.1.	Introdução.....	1131
6.6.2.	Legitimidade ativa.....	1132
6.6.3.	Parâmetro	1132
6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto	1134
6.6.5.	Espécies de ADPF.....	1136
6.6.6.	Medida cautelar na ADPF	1138
6.6.7.	Decisão definitiva.....	1139
7.	Quadro sinótico	1140
8.	Questões.....	1151
8.1.	Questões objetivas	1151
8.2.	Questões discursivas	1163
	Gabarito questões objetivas.....	1164
	Gabarito questões discursivas	1175

CAPÍTULO 18

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS	1179
1. Introdução	1179
2. Competência.....	1180
3. Objeto.....	1181
4. Parâmetro.....	1181
5. Legitimação	1182
6. Ações possíveis em âmbito estadual	1183

7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça	1184
8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade.....	1186
9.	Quadro sinótico	1188
10.	Questões.....	1189
10.1.	Questões objetivas.....	1189
10.2.	Questões discursivas	1192
	Gabarito questões objetivas.....	1193
	Gabarito questões discursivas	1195

CAPÍTULO 19

	DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1197
1.	Introdução	1197
2.	Da defesa das instituições democráticas	1198
3.	Estado de Defesa	1200
3.1.	Introdução	1200
3.2.	Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1200
3.3.	Titularidade	1200
3.4.	Requisitos (condições de forma)	1201
3.5.	Procedimento	1201
3.6.	Medidas coercitivas.....	1202
3.7.	Controle.....	1203
4.	Estado de Sítio	1205
4.1.	Introdução	1205
4.2.	Hipóteses de decretação	1205
4.3.	Titularidade	1206
4.4.	Requisitos	1206
4.5.	Procedimento e prazo	1207
4.6.	Restrições de Direitos.....	1208
4.7.	Controle.....	1209
5.	Forças Armadas	1209
6.	Segurança Pública.....	1212
6.1.	Órgãos de segurança pública.....	1213
6.2.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União.....	1214
6.3.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados.....	1215
6.4.	A segurança pública no Distrito Federal	1216
6.5.	A segurança pública nos Municípios	1216
6.6.	A segurança pública nos Territórios Federais	1217
7.	Quadro sinótico	1217
8.	Questões.....	1222
8.1.	Questões objetivas	1222
8.2.	Questões discursivas	1228
	Gabarito questões objetivas.....	1228
	Gabarito questões discursivas.....	1233

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA.....	1235
1. Introdução	1235
2. Princípios gerais da ordem econômica	1236
3. Análise dos artigos 171 a 192 da constituição.....	1239
3.1. Art. 171.....	1239
3.2. Art. 172.....	1239
3.3. Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico	1240
3.4. Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico.....	1243
3.5. Arts. 182 e 183: política urbana	1244
3.6. Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária	1246
3.7. Art. 192: sistema financeiro nacional.....	1247
4. Quadro sinótico	1249
5. Questões.....	1251
Gabarito	1253

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL.....	1257
1. Introdução	1257
2. Da seguridade social.....	1258
2.1. Notícias históricas.....	1258
2.2. Definição	1259
2.3. Financiamento.....	1259
2.4. Objetivos	1260
2.5. Saúde.....	1261
2.6. Previdência Social.....	1263
2.7. Assistência Social.....	1264
3. Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 214, CF/88).....	1265
4. Da ciência e da tecnologia (arts. 218 e 219, CF/88).....	1271
5. Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88)	1272
6. Do meio ambiente.....	1273
7. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	1275
8. Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1279
9. Quadro sinótico	1281
10. Questões.....	1284
10.1. Questões objetivas	1284
10.2. Questões discursivas	1286
Gabarito questões objetivas.....	1287
Gabarito questões discursivas.....	1289
BIBLIOGRAFIA	1291